

**A RESPONSABILIDADE CIVIL POR DANOS MORAIS NAS RELAÇÕES DIGITAIS****CIVIL LIABILITY FOR MORAL DAMAGES IN DIGITAL RELATIONSHIPS****Laryssa Sousa ALVES**ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-7271-4008>

Instituto Educacional Santa Catarina - Faculdade Guaraí

E-mail: [laryssasousa02@icloud.com](mailto:laryssasousa02@icloud.com)**Sander Ferreira Martinelli NUNES**ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-9755-345X>

Instituto Educacional Santa Catarina Faculdade Guaraí (IESC/FAG)

E -mail: [sander.martinelli@hotmail.com](mailto:sander.martinelli@hotmail.com)**RESUMO**

O presente artigo tem como objetivo analisar a responsabilidade civil por danos morais nas relações digitais, considerando os desafios decorrentes do avanço das tecnologias e da ampliação das interações no ambiente virtual. Busca-se compreender de que forma o ordenamento jurídico brasileiro tem se adaptado para tutelar os direitos da personalidade frente a condutas ilícitas praticadas no meio digital, tais como ofensas à honra, exposição indevida de imagem e disseminação de informações falsas. Como objetivos específicos, pretende-se: examinar os fundamentos da responsabilidade civil aplicáveis ao contexto digital; identificar as principais hipóteses de ocorrência de danos morais nas plataformas digitais; e analisar o entendimento jurisprudencial acerca da responsabilização de usuários e provedores de serviços. A metodologia adotada consiste em pesquisa bibliográfica, com base em doutrina, legislação e artigos científicos pertinentes ao tema, possibilitando a construção de uma análise crítica e fundamentada. Os resultados apontam que, embora existam instrumentos legais relevantes, como o Marco Civil da Internet, ainda há desafios na efetivação da responsabilização, especialmente no que se refere à identificação dos agentes e à delimitação dos limites da liberdade de expressão. Conclui-se que é fundamental o constante aprimoramento das normas jurídicas e da interpretação jurisprudencial, a fim de assegurar a proteção dos direitos fundamentais no ambiente digital.

**Palavras-chave:** Responsabilidade civil. Danos morais. Relações digitais.**ABSTRACT**

This article aims to analyze civil liability for moral damages in digital relationships, considering the challenges arising from technological advancements and the expansion of interactions in the virtual environment. It seeks to understand how the Brazilian legal system has adapted to protect personality rights against illicit conduct in the digital environment, such as offenses against honor, undue exposure of image, and dissemination of false information. Specifically, it intends to: examine the foundations of civil liability applicable to the digital context; identify the main instances of moral damages occurring on digital platforms; and analyze the jurisprudential understanding regarding the liability of users and service providers. The methodology adopted consists of bibliographic research, based on doctrine, legislation, and scientific articles relevant to the topic, enabling the construction of a critical and well-founded analysis. The results indicate that, although relevant legal instruments exist, such as the Brazilian Internet Bill of Rights (Marco Civil da Internet), there are still challenges in the effective enforcement of liability, especially regarding the identification of agents and the delimitation of the limits of freedom of expression. It is concluded that the constant improvement of legal norms and jurisprudential interpretation is fundamental in order to ensure the protection of fundamental rights in the digital environment.

**Keywords:** Civil liability. Moral damages. Digital relations.

## INTRODUÇÃO

A responsabilidade civil constitui um dos pilares do Direito Privado, sendo compreendida como o dever jurídico de reparar danos causados a outrem em decorrência de ato ilícito ou, em determinadas hipóteses, de atividades lícitas que geram prejuízos. Nesse sentido, a doutrina aponta que a responsabilidade civil tem como finalidade restaurar o equilíbrio violado, assegurando a tutela dos direitos fundamentais, especialmente os direitos da personalidade. Conforme destaca a doutrina, trata-se do “dever de indenizar o dano suportado por outrem”, evidenciando sua função reparatória no ordenamento jurídico brasileiro (OLIVEIRA; TAVEIRA, 2020). Além disso, autores como Bittar (2015), Moraes (2003), ressaltam a importância da proteção dos danos morais como forma de resguardar a dignidade da pessoa humana, elemento central do sistema jurídico contemporâneo.

Com o avanço das tecnologias da informação e a intensificação das relações digitais, surgem novas formas de lesão aos direitos da personalidade, especialmente no ambiente virtual, onde a propagação de conteúdos ocorre de maneira rápida e, muitas vezes, irreversível. A ampliação do uso da internet trouxe desafios significativos ao Direito, exigindo a adaptação dos institutos tradicionais da responsabilidade civil para lidar com situações como ofensas em redes sociais, vazamento de dados pessoais e disseminação de informações falsas (PORTO, 2024).

Ainda conforme Porto (2024), a responsabilidade civil nas relações digitais ganha relevância ao buscar assegurar a reparação dos danos morais decorrentes dessas novas interações, reafirmando a necessidade de proteção jurídica eficaz diante das transformações sociais e tecnológicas.

Diante desse cenário, emerge a seguinte problemática: de que forma a responsabilidade civil pode ser efetivamente aplicada para reparar danos morais nas relações digitais, considerando as especificidades do ambiente virtual? A partir dessa questão norteadora, o presente estudo tem como objetivo geral analisar a responsabilidade civil por danos morais no contexto das relações digitais. Como objetivos específicos, busca-se: (I) examinar os fundamentos da responsabilidade civil aplicáveis ao ambiente virtual; (II) identificar as principais hipóteses de ocorrência de danos morais nas relações digitais; e (III) analisar o posicionamento doutrinário e jurisprudencial acerca da responsabilização dos agentes envolvidos, incluindo usuários e provedores de serviços.

Para o desenvolvimento da pesquisa, adotou-se o método de abordagem dedutivo, partindo de conceitos gerais da responsabilidade civil para sua aplicação no contexto específico das relações digitais. Quanto ao procedimento metodológico, utilizou-se a pesquisa bibliográfica, fundamentada na análise de obras doutrinárias, artigos científicos, legislações e entendimentos jurisprudenciais, possibilitando uma compreensão crítica e sistematizada do tema.

Por fim, o desenvolvimento do presente artigo está estruturado em tópicos que abordam inicialmente, os fundamentos gerais da responsabilidade civil e sua evolução no ordenamento jurídico, em seguida, a caracterização dos danos morais e sua aplicação no ambiente digital, posteriormente, a análise das principais situações de responsabilidade nas relações digitais, com destaque para a atuação de usuários e provedores, e, por fim, a discussão dos desafios contemporâneos e perspectivas para a efetiva proteção dos direitos da personalidade no meio virtual.

## REVISÃO DA LITERATURA

### Fundamentos gerais da responsabilidade civil e sua evolução no ordenamento jurídico

A responsabilidade civil configura-se como um dos fundamentos essenciais do Direito Privado, desempenhando papel essencial na regulação das relações sociais e na preservação do equilíbrio jurídico entre os indivíduos. Trata-se do mecanismo pelo qual se impõe a obrigação de reparar danos causados a outrem, assegurando a efetividade do princípio da justiça e da dignidade da pessoa humana. Nesse sentido, a responsabilidade civil não apenas busca reparar prejuízos, mas também prevenir condutas lesivas, consolidando-se como instrumento fundamental de pacificação social (GUIMARÃES; SILVA, 2019).

Nesse contexto, a responsabilidade civil surge como instrumento indispensável à recomposição do equilíbrio jurídico violado, fundamentando-se no dever de reparação do dano causado, conforme destaca Cavalieri Filho (2012):

O anseio de obrigar o agente, causador do dano, a repará-lo inspira-se no mais elementar sentimento de justiça. O dano causado pelo ato ilícito rompe o equilíbrio jurídico-econômico anteriormente existente entre o agente e a vítima. Há uma necessidade fundamental de se restabelecer esse equilíbrio, o que se procura fazer recolocando o prejudicado no statu quo ante (CAVALIERI FILHO, 2012, p. 14).

Tal afirmação evidencia que a responsabilidade civil possui raízes profundas na própria organização social, estando presente desde as primeiras formas de convivência humana. Inicialmente, a reparação dos danos ocorria por meio da vingança privada, característica das sociedades primitivas, em que a resposta ao dano era desproporcional e desprovida de regulamentação estatal (SOUZA, 2015).

Com o desenvolvimento das sociedades e a formação do Estado, a responsabilidade civil passou por um processo de evolução normativa e conceitual. Na Roma Antiga, por exemplo, surgiram importantes avanços, como a Lei das XII Tábuas, que estabeleceu critérios mais objetivos para a reparação de danos. Posteriormente, com o advento do Direito moderno, consolidou-se a ideia de que o dano deveria ser reparado de forma proporcional, substituindo-se a vingança pela indenização pecuniária (SOUZA, 2015).

No âmbito conceitual, a responsabilidade civil pode ser definida como o dever jurídico de reparar um dano causado por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência. Tal definição está em consonância com o artigo 186 do Código Civil brasileiro, que estabelece a obrigação de indenizar aquele que, por ato ilícito, causar prejuízo a outrem. Nesse contexto, destacam-se como elementos essenciais da responsabilidade civil a conduta que é a ação ou omissão, o dano, o nexo de causalidade e a culpa, quando exigida (BENACCHIO, 2015).

Segundo Guimarães e Silva (2019), o estudo da responsabilidade civil envolve a análise de seus pressupostos fundamentais, tais como “culpabilidade, imputabilidade, dano e nexo causal”. Esses elementos são indispensáveis para a configuração do dever de indenizar, sendo amplamente reconhecidos pela doutrina e jurisprudência brasileiras.

Tradicionalmente, a responsabilidade civil foi estruturada com base na teoria da culpa, também denominada responsabilidade subjetiva. Nesse modelo, exige-se a comprovação de que o agente agiu com dolo ou culpa que é a negligência, imprudência ou imperícia, para que surja o dever de indenizar. Essa concepção predominou durante longo

período, refletindo uma visão individualista do Direito, centrada na liberdade e autonomia do indivíduo (MAHUAD; MAHUAD, 2015).

Entretanto, com as transformações sociais decorrentes da industrialização e do avanço tecnológico, a teoria subjetiva mostrou-se insuficiente para atender às novas demandas da sociedade, a clássica concepção de responsabilidade civil subjetiva, calcada na culpa, foi cedendo espaço para as diversas hipóteses de responsabilidade objetiva, fundada nas teorias do risco. Nesse novo paradigma, o dever de indenizar independe da comprovação de culpa, bastando a existência do dano e do nexo causal (SOUZA, 2015).

A responsabilidade objetiva representa um avanço significativo na proteção das vítimas, especialmente em situações em que a comprovação da culpa é difícil ou impossível. Tal modalidade encontra respaldo no Código Civil brasileiro e em legislações específicas, como o Código de Defesa do Consumidor, que adota a teoria do risco do empreendimento. Assim, aquele que exerce atividade potencialmente perigosa assume o dever de reparar os danos dela decorrentes. Além disso, a evolução da responsabilidade civil está diretamente relacionada à ampliação dos direitos fundamentais e à constitucionalização do Direito Civil (MAHUAD; MAHUAD, 2015).

Nesse sentido, a Constituição Federal de 1988 desempenhou papel decisivo nesse processo, ao consagrar princípios como a dignidade da pessoa humana e a solidariedade social, que passaram a orientar a interpretação das normas civis. A responsabilidade civil contemporânea não se limita à reparação de danos patrimoniais, abrangendo também os danos morais e existenciais (MAHUAD; MAHUAD, 2015).

Nesse sentido, a responsabilidade civil moderna assume uma função multifacetada, que vai além da simples reparação, trata-se de um conjunto de normas e princípios que regulam as relações jurídicas e sociais, buscando solucionar conflitos e promover a estabilidade das decisões. Assim, a responsabilidade civil também exerce função preventiva e pedagógica, desestimulando a prática de condutas ilícitas (MOLTOCARO, 2014).

Outro aspecto relevante na evolução da responsabilidade civil é a ampliação das hipóteses de responsabilização, abrangendo novas áreas do Direito, como o Direito do Consumidor, o Direito Ambiental e o Direito Digital. A sociedade contemporânea, marcada pela complexidade das relações sociais e pelo avanço tecnológico, exige uma constante adaptação das normas jurídicas, de modo a garantir a efetividade da proteção aos direitos individuais e coletivos (MOLTOCARO, 2014).

Ademais, observa-se uma tendência crescente de objetivação da responsabilidade civil, especialmente em atividades que envolvem riscos elevados. Essa mudança reflete uma preocupação com a proteção da vítima e com a distribuição equitativa dos prejuízos decorrentes de danos. Assim, a responsabilidade civil contemporânea caminha no sentido de privilegiar a reparação integral do dano, independentemente da comprovação de culpa (SANTOS; MENDES; GONÇALVES, 2025).

Por fim, destaca-se que a responsabilidade civil, ao longo de sua evolução, deixou de ser apenas um instrumento de reparação para se tornar um mecanismo de promoção da justiça social. Sua importância no ordenamento jurídico brasileiro é inegável, pois contribui para a efetivação dos direitos fundamentais e para a construção de uma sociedade mais justa e equilibrada (SANTOS; MENDES; GONÇALVES, 2025).

Diante do exposto, verifica-se que os fundamentos da responsabilidade civil estão profundamente ligados à ideia de justiça, equidade e proteção dos direitos individuais. Sua evolução demonstra a capacidade do Direito de se adaptar às transformações sociais, incorporando novos valores e princípios (SANTOS; MENDES; GONÇALVES, 2025).

Assim, o estudo da responsabilidade civil revela-se indispensável para a compreensão do Direito contemporâneo e para a efetivação da tutela jurídica dos direitos.

### **Caracterização dos danos morais e sua aplicação no ambiente digital**

A evolução tecnológica e a expansão da internet transformaram profundamente as relações sociais, econômicas e jurídicas, criando formas de interação e, consequentemente, novos conflitos.

Nesse cenário, destaca-se a crescente incidência de danos morais no ambiente digital, especialmente em redes sociais, plataformas digitais e meios de comunicação virtual. A facilidade de disseminação de informações, muitas vezes sem controle ou verificação, potencializa violações a direitos da personalidade, como honra, imagem, intimidade e vida privada.

A responsabilidade civil, nesse contexto, assume papel fundamental na tutela desses direitos. Conforme leciona Gonçalves (2017), a responsabilidade civil visa restaurar o equilíbrio moral e patrimonial violado pelo dano sendo instrumento essencial para garantir justiça nas relações sociais.

Os danos morais são compreendidos como lesões a direitos da personalidade, que afetam aspectos íntimos do indivíduo, como sua honra, dignidade e imagem. Diferentemente dos danos materiais, não possuem conteúdo econômico direto, mas geram sofrimento psicológico e abalo moral (SANTOS, 2021).

O dano moral pode ser definido como a violação de um bem jurídico de natureza não patrimonial, destacando que sua reparação possui função compensatória e pedagógica. O dano moral atinge bens integrantes da personalidade, como a honra e a dignidade (CAVALIERI FILHO, 2012).

No ordenamento jurídico brasileiro, a proteção aos danos morais encontra fundamento na Constituição Federal de 1988, em seu artigo 5º, incisos V e X, que asseguram o direito à indenização por dano moral decorrente de violação à honra, imagem e intimidade. Além disso, o Código Civil, em seus artigos 186 e 927, estabelece que aquele que causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, tem o dever de repará-lo (BRASIL, 2002).

A responsabilidade civil no ambiente digital apresenta peculiaridades decorrentes da própria natureza da internet, marcada pela rapidez na propagação de conteúdos e pela dificuldade, controle e identificação dos agentes causadores do dano o que complexifica sua reparação (MAIA; CURVO, 2025).

No Brasil, a regulamentação das relações digitais ganhou maior concretude com a promulgação da Lei nº 12.965/2014 (BRASIL, 2014), conhecida como Marco Civil da Internet, que estabeleceu princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da internet, além de disciplinar a responsabilidade dos agentes envolvidos. Assim, foram estabelecidos parâmetros para a responsabilização no meio digital, especialmente no que se refere aos provedores de aplicação. A referida legislação adotou, como regra, a responsabilidade subjetiva dos provedores, condicionada ao descumprimento de ordem judicial para remoção de conteúdo ilícito (MAIA; CURVO, 2025).

Nesse sentido, estudos apontam que o Marco Civil da Internet representa um avanço na regulação das relações digitais, mas ainda apresenta desafios, como a demora na remoção de conteúdos ofensivos e a dificuldade de definição dos deveres dos usuários (SALES; NASCIMENTO, 2025).

Ademais, a responsabilidade civil digital envolve não apenas os usuários que produzem conteúdo ofensivo, mas também, em determinadas situações, as plataformas



digitais, especialmente quando há omissão diante de ordem judicial ou falha na prestação do serviço (SALES; NASCIMENTO, 2025).

Isto posto, a caracterização dos danos morais no ambiente digital segue, em regra, os mesmos pressupostos da responsabilidade civil tradicional com a conduta ilícita, dano, nexo de causalidade e culpa ou responsabilidade objetiva, quando aplicável.

Entretanto, o meio digital amplia a gravidade do dano, uma vez que a divulgação de conteúdos ofensivos pode alcançar um número indeterminado de pessoas em curto espaço de tempo, potencializando os efeitos da lesão. Assim, a exposição indevida de imagem, a difamação em redes sociais e a divulgação de informações falsas são exemplos comuns de danos morais no ambiente digital (MAIA; CURVO, 2025).

Outro aspecto relevante é a dificuldade de mensuração do dano moral na internet. A quantificação do dano moral deve considerar fatores como o alcance da publicação, o tempo de exposição e o número de acessos ao conteúdo ofensivo, sendo o arbitramento judicial o critério mais utilizado. Além disso, a prova do dano pode ser facilitada pelo registro digital, como capturas de tela (prints), registros de acesso e histórico de publicações, o que contribui para a comprovação da ocorrência da lesão (LEONARDI, 2005).

A caracterização dos danos morais no ambiente digital representa um dos principais desafios contemporâneos do Direito Civil, exigindo a adaptação de conceitos tradicionais a novas realidades tecnológicas. Embora os fundamentos da responsabilidade civil permaneçam os mesmos, o ambiente digital potencializa os efeitos do dano e dificulta sua reparação, demandando soluções jurídicas mais eficazes e céleres, considerando que ainda existem lacunas na regulamentação da responsabilidade civil no ambiente digital, especialmente quanto à delimitação de responsabilidades e à proteção eficaz dos direitos individuais (MAIA; CURVO, 2025).

Dessa forma, a proteção dos direitos da personalidade no ambiente digital depende de um equilíbrio entre liberdade de expressão e responsabilidade, garantindo que a internet continue sendo um espaço democrático, sem comprometer a dignidade da pessoa humana.

### **Análise das principais situações de responsabilidade nas relações digitais**

O avanço das tecnologias da informação e comunicação transformou profundamente as relações sociais, econômicas e jurídicas, criando o espaço digital como um novo ambiente de interação. Nesse contexto, a responsabilidade civil, tradicionalmente aplicada às relações físicas, passou a enfrentar novos desafios decorrentes das práticas realizadas no ambiente virtual. A ampliação do uso da internet, redes sociais e plataformas digitais intensificou a ocorrência de danos, exigindo uma releitura dos institutos jurídicos clássicos.

A responsabilidade civil, consiste no dever de reparar o dano decorrente da violação de um dever jurídico preexistente. Essa concepção permanece válida no ambiente digital, ainda que adaptada às suas especificidades (CAVALIERI FILHO, 2012).

Diante desse cenário, torna-se essencial analisar as principais situações de responsabilização civil nas relações digitais, especialmente no que se refere à atuação de usuários, provedores e influenciadores digitais.

Uma das principais situações de responsabilidade nas relações digitais envolve a conduta dos próprios usuários. A prática de atos ilícitos, como ofensas, calúnia, difamação, discurso de ódio e disseminação de conteúdo falso as famosas fake news, pode gerar o dever de indenizar (OLIANI; SILVA, 2024).

A jurisprudência brasileira tem reconhecido, de forma consolidada, que o usuário responde pelos conteúdos que publica, especialmente quando há violação à honra ou à imagem de terceiros. Isso se justifica pelo fato de que a liberdade de expressão não é

absoluta, devendo ser harmonizada com outros direitos fundamentais (OLIANI; SILVA, 2024).

Estudos recentes apontam que a expansão do ambiente digital aumentou significativamente a ocorrência de ilícitos relacionados à exposição indevida de pessoas, exigindo uma atuação mais rigorosa do Poder Judiciário (BRASIL, 2018).

Outro ponto central diz respeito à responsabilidade dos provedores de internet, especialmente plataformas digitais e redes sociais. O Marco Civil da Internet estabeleceu um regime específico para esses agentes, buscando equilibrar a liberdade de expressão com a proteção de direitos fundamentais (BRASIL, 2014).

De acordo com o artigo 19 do Marco Civil, os provedores de aplicações de internet, em regra, somente podem ser responsabilizados civilmente por danos decorrentes de conteúdo gerado por terceiros após o descumprimento de ordem judicial que determine a remoção do conteúdo (BRASIL, 2014).

Esse modelo visa evitar a censura prévia, ao mesmo tempo em que assegura a responsabilização em casos de omissão. No entanto, o tema tem sido objeto de intensos debates, especialmente diante da crescente disseminação de conteúdos ilícitos, constando assim, recentes no âmbito do Supremo Tribunal Federal sobre a constitucionalidade de dispositivos do Marco Civil, o que pode impactar significativamente o regime jurídico da responsabilidade digital no Brasil (DIAS *et al.*, 2023).

A Responsabilidade civil por atos de influenciadores digitais é outro ponto focal das discussões sobre as relações digitais, pois com o crescimento das redes sociais, os influenciadores digitais passaram a exercer papel relevante nas relações de consumo, o que gerou novas hipóteses de responsabilização civil.

De acordo com a doutrina contemporânea, influenciadores podem ser responsabilizados quando divulgam produtos ou serviços de forma enganosa ou quando causam prejuízos aos consumidores. Isso ocorre porque sua atuação muitas vezes se aproxima da publicidade, sujeitando-se às normas do Código de Defesa do Consumidor. A responsabilidade desses agentes decorre, principalmente, da confiança depositada pelos seguidores, o que amplia o potencial de dano, podendo a responsabilidade ser solidária com fornecedores, especialmente quando há vínculo comercial ou publicidade disfarçada (FERREIRA; ENGELAGE, 2024).

Além disso, a disseminação de notícias falsas as fakes news, constitui uma das principais problemáticas contemporâneas no direito digital. Esse fenômeno pode causar danos significativos à honra, à imagem e até à ordem pública. Embora o Marco Civil da Internet tenha estabelecido diretrizes importantes, ele ainda apresenta limitações no enfrentamento da desinformação em larga escala. A responsabilização nesses casos pode atingir tanto o autor da publicação quanto, em determinadas situações, as plataformas digitais, especialmente quando há omissão na remoção de conteúdos manifestamente ilícitos (LONGHI, 2022).

Contudo, a doutrina ressalta ainda a necessidade de aprimoramento legislativo para lidar com esse fenômeno, considerando a complexidade e a velocidade de propagação das informações no ambiente digital, a responsabilidade civil nas relações digitais exige constante atualização normativa e doutrinária, a fim de garantir a proteção dos direitos fundamentais sem comprometer a liberdade de expressão e o desenvolvimento tecnológico, tendo em vista que a atuação de usuários, provedores e influenciadores digitais evidencia a multiplicidade de sujeitos envolvidos amplia as possibilidades de ocorrência de danos e, conseqüentemente, de responsabilização (LONGHI, 2022).

Isto posto, a análise das principais situações de responsabilidade nas relações digitais demonstra que o direito civil brasileiro vem passando por um processo de adaptação

às novas realidades tecnológicas. Embora os fundamentos da responsabilidade civil permaneçam os mesmos, sua aplicação no ambiente virtual exige uma interpretação mais dinâmica e contextualizada.

### **Desafios contemporâneos e perspectivas para a efetiva proteção dos direitos da personalidade no meio virtual**

Os direitos da personalidade são inerentes à pessoa humana, possuindo características como intransmissibilidade, irrenunciabilidade e imprescritibilidade. No entanto, a digitalização das relações sociais provocou uma ampliação do seu alcance e complexidade.

Nesse contexto, destaca-se que os direitos da personalidade como honra, imagem, privacidade e identidade, tornam-se particularmente vulneráveis no ambiente virtual, evidenciando a necessidade de adaptação dos instrumentos jurídicos às novas dinâmicas sociais (SARLET, 2018).

A problemática central reside na dificuldade de garantir proteção efetiva a esses direitos em um ambiente marcado pela velocidade da informação, pela ausência de fronteiras territoriais e pela atuação de grandes plataformas digitais (SARLET, 2018).

A doutrina contemporânea reconhece a existência de uma dimensão digital da personalidade. Nesse sentido, Barbosa e Silva (2020), destacam que a chamada personalidade digital surge como uma extensão da dignidade humana no ambiente virtual. Tal concepção evidencia que a identidade do indivíduo não se limita ao mundo físico, mas também se projeta no espaço digital, por meio de dados, perfis e interações online.

Além disso, a proteção dos direitos da personalidade passou a envolver não apenas aspectos tradicionais, como a honra e a imagem, mas também a proteção de dados pessoais, os quais tornaram-se ativos centrais na economia digital, exigindo regulamentação específica para sua proteção (DAMASCENO; BALBINO; BORGES, 2023).

Dessa forma, a privacidade ganha destaque como um dos principais direitos da personalidade no ambiente virtual. Contudo, conforme observa Colombo (2015), a existência de um corpo eletrônico vinculado ao indivíduo amplia as possibilidades de violação, exigindo novas formas de tutela jurídica.

Portanto, a era digital não apenas amplia o campo de incidência dos direitos da personalidade, mas também impõe desafios inéditos à sua proteção como a velocidade e alcance das violações, o conflito entre direitos fundamentais, a insuficiência normativa e desafios regulatórios e a centralidade excessiva da privacidade (COLOMBO, 2015).

O fortalecimento da regulação e da responsabilidade digital desponta como uma das principais perspectivas para a efetiva proteção dos direitos da personalidade no ambiente virtual. Nesse contexto, torna-se imprescindível o aprimoramento da legislação, aliado à ampliação da responsabilidade das plataformas digitais, com a criação de mecanismos eficazes, tanto de prevenção, quanto de reparação de danos, além da definição de critérios claros de responsabilização (DAMASCENO; BALBINO; BORGES, 2023).

A articulação entre normas nacionais e internacionais também se mostra essencial, tendo em vista o caráter transnacional da internet, o que demanda soluções jurídicas integradas e cooperativas. Paralelamente, a proteção de dados pessoais consolida-se como eixo central dessa tutela, especialmente com o advento da Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD, Lei nº 13.709/2018, que introduziu princípios fundamentais como finalidade, necessidade e transparência no tratamento das informações (DAMASCENO; BALBINO; BORGES, 2023).

Por outro lado, a efetividade dessa proteção não se limita ao campo normativo, exigindo também investimentos em educação digital e conscientização social. É



fundamental que os usuários compreendam seus direitos e deveres no ambiente virtual, promovendo uma cultura pautada no respeito à dignidade humana e no uso ético das tecnologias, o que contribui significativamente para a prevenção de violações (DAMASCENO; BALBINO; BORGES, 2023).

Nesse cenário, destaca-se ainda o papel do ativismo digital, especialmente por meio do chamado data ativismo, como instrumento relevante na defesa dos direitos da personalidade. De acordo com Vieira e Siqueira (2023), tais práticas funcionam como mecanismos sociais de enfrentamento a abusos relacionados ao uso de dados, fortalecendo o controle social sobre as tecnologias.

Assim, a participação ativa da sociedade civil revela-se elemento indispensável para a consolidação e efetividade dos direitos fundamentais na era digital, considerando que a proteção dos direitos da personalidade no ambiente virtual depende de uma atuação integrada entre Estado, sociedade e setor privado, com vistas à promoção da dignidade da pessoa humana na era digital.

### **Análise Jurisprudencial**

A jurisprudência brasileira tem desempenhado papel central na concretização da proteção dos direitos da personalidade no ambiente digital, especialmente diante da constante evolução tecnológica e da insuficiência normativa para acompanhar, em tempo real, as novas formas de violação.

Nesse contexto, o Poder Judiciário tem sido chamado a resolver conflitos complexos que envolvem a colisão entre direitos fundamentais, como a liberdade de expressão e a proteção da honra, da imagem e da privacidade.

No âmbito do Superior Tribunal de Justiça (STJ), destaca-se a consolidação de entendimentos relacionados à responsabilidade civil de provedores de aplicações de internet. O julgamento do Recurso Especial nº 1.660.168/RJ representa um marco relevante nesse cenário, ao reafirmar a interpretação do art. 19 da Lei nº 12.965/2014 Marco Civil da Internet. Nesse precedente, o STJ estabeleceu que os provedores somente podem ser responsabilizados civilmente por conteúdos gerados por terceiros caso descumpram ordem judicial específica de remoção (BRASIL/STJ, 2018).

Tal entendimento reforça a opção legislativa brasileira por um modelo de responsabilidade subjetiva mitigada, que busca preservar a liberdade de expressão e evitar a censura prévia. Conforme observa Schreiber (2014), esse modelo reflete uma tentativa de equilibrar interesses conflitantes, impedindo que plataformas digitais atuem como juízes privados do conteúdo publicado por usuários.

Entretanto, a aplicação desse entendimento não ocorre de forma absoluta. O próprio STJ tem relativizado essa regra em situações excepcionais, especialmente quando se trata de conteúdos manifestamente ilícitos, como aqueles que envolvem pornografia de vingança ou violação grave da intimidade. Nesses casos, a Corte tem admitido a possibilidade de remoção imediata mediante simples notificação, reconhecendo a urgência na tutela dos direitos da personalidade.

Além disso, a jurisprudência do STJ também tem avançado na definição dos parâmetros para fixação de indenizações por danos morais decorrentes de violações no ambiente digital. Conforme leciona Cavalieri Filho (2012), a quantificação do dano moral deve considerar a extensão do dano, a repercussão da ofensa e a capacidade econômica das partes, critérios frequentemente utilizados pelos tribunais em casos envolvendo redes sociais.

No âmbito do Supremo Tribunal Federal (STF), destaca-se o julgamento do Tema 786 da repercussão geral, que tratou do chamado “direito ao esquecimento”. Na ocasião, a

Corte decidiu que tal direito é incompatível com a Constituição Federal, especialmente por representar potencial restrição à liberdade de expressão e ao direito à informação (BRASIL/STF, 2021).

Todavia, o STF não afastou completamente a proteção da personalidade nesses casos. Ao contrário, reconheceu que eventuais abusos devem ser analisados à luz da responsabilidade civil, permitindo a reparação de danos quando houver violação de direitos fundamentais. Conforme consignado no voto do relator, Ministro Dias Toffoli, a solução deve ser construída a partir da ponderação entre os direitos em conflito no caso concreto (BRASIL/STF, 2021).

Essa decisão demonstra a adoção de uma abordagem principiológica, baseada na técnica da ponderação, conforme desenvolvida por Robert Alexy. Tal método tem sido amplamente utilizado pelo STF em casos envolvendo colisão de direitos fundamentais, permitindo soluções mais flexíveis e adequadas às particularidades de cada situação (MALTA, 2016).

Outro precedente relevante do Supremo Tribunal Federal envolve a discussão sobre a responsabilidade de plataformas digitais por conteúdos ilícitos. No julgamento do RE 1.037.396/SP, Tema 987, discute-se a constitucionalidade do art. 19 do Marco Civil da Internet. A controvérsia gira em torno da exigência de ordem judicial para remoção de conteúdo, sendo questionado se tal requisito compromete a efetividade da proteção dos direitos da personalidade (BRASIL/STF, 2025).

Esse debate revela a tensão existente entre dois modelos, de um lado, a proteção da liberdade de expressão, de outro, a necessidade de resposta rápida a violações de direitos fundamentais. A eventual revisão desse entendimento poderá impactar significativamente o regime jurídico da internet no Brasil (LAUX, 2019).

No campo dos tribunais estaduais, observa-se uma crescente judicialização de conflitos envolvendo redes sociais, fake news e exposição indevida de imagem. Decisões têm determinado a remoção de conteúdos ofensivos, a suspensão de perfis falsos e a condenação ao pagamento de indenizações por danos morais (LAUX, 2019).

Destaca-se, por exemplo, a atuação do Tribunal de Justiça de São Paulo -TJSP, que possui vasta jurisprudência sobre o tema. Em diversos casos, o tribunal tem reconhecido que a criação de perfis falsos em redes sociais configura violação direta aos direitos da personalidade, ensejando reparação civil (LAUX, 2019).

Outro aspecto relevante refere-se à tutela de urgência. Diante da velocidade de propagação de informações na internet, os tribunais têm concedido medidas liminares para remoção imediata de conteúdos, com base no risco de dano irreparável. Essa prática demonstra a adaptação do processo civil às demandas da sociedade digital. Além disso, a jurisprudência tem reconhecido a importância da prova digital na instrução dos processos, como os prints de tela, registros de acesso e metadados têm sido amplamente utilizados como meios de prova, embora ainda existam desafios quanto à sua autenticidade e integridade (CANCELA, 2016).

No que se refere à proteção de dados pessoais, decisões recentes têm aplicado a Lei Geral de Proteção de Dados-LGPD Lei nº 13.709/2018, como fundamento para responsabilização civil. Embora ainda em fase de consolidação, a jurisprudência começa a reconhecer o vazamento de dados como violação autônoma de direitos da personalidade (MENDES, 2019).

Ainda segundo Mendes (2019), a LGPD (2018), amplia o espectro de proteção da personalidade, ao reconhecer o valor jurídico dos dados pessoais e estabelecer mecanismos de controle por parte dos titulares. Esse entendimento tem sido gradualmente incorporado pelos tribunais brasileiros.

Por fim, observa-se que a jurisprudência brasileira caminha no sentido de construir um sistema híbrido de proteção, que combina elementos normativos, principiológicos e tecnológicos. O Judiciário, nesse contexto, assume papel protagonista na adaptação do Direito às transformações da sociedade digital.

Dessa forma, a análise jurisprudencial evidencia não apenas a complexidade dos conflitos envolvendo direitos da personalidade no meio virtual, mas também a importância de uma atuação judicial sensível, técnica e comprometida com a efetivação dos direitos fundamentais.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao término deste estudo, pode-se afirmar que a responsabilidade civil por danos morais nas relações digitais se apresenta como um dos temas mais desafiadores do direito contemporâneo, exigindo constante adaptação do ordenamento jurídico frente às transformações tecnológicas.

A análise dos fundamentos gerais da responsabilidade civil evidenciou que, embora seus pilares como o ato ilícito, o dano, o nexo causal e a culpa, permaneçam estruturantes, sua interpretação tem sido progressivamente flexibilizada para atender às especificidades do ambiente virtual, marcado pela rapidez na propagação de informações e pela ampliação do alcance dos danos.

No que se refere à caracterização dos danos morais no meio digital, verificou-se que a violação aos direitos da personalidade ganha contornos mais complexos, sobretudo em razão da permanência e da viralização de conteúdos ofensivos. A facilidade de disseminação de informações potencializa os efeitos do dano, tornando sua reparação mais delicada e, muitas vezes, insuficiente diante da extensão do prejuízo sofrido pela vítima. Nesse cenário, reforça-se a importância de critérios mais sensíveis por parte do Judiciário na fixação da indenização, considerando a gravidade, a repercussão e a duração da lesão.

A abordagem dos desafios contemporâneos revelou entraves significativos, especialmente no que tange à responsabilização de provedores de aplicações e à efetiva proteção dos direitos da personalidade. A necessidade de equilíbrio entre a liberdade de expressão e a tutela da dignidade humana permanece como um dos principais pontos de tensão. Além disso, a dimensão transnacional da internet impõe limites à eficácia das normas nacionais, evidenciando a importância de cooperação internacional e do aprimoramento legislativo, como forma de assegurar maior efetividade na proteção jurídica.

A análise jurisprudencial, por sua vez, demonstrou que os tribunais brasileiros têm desempenhado papel fundamental na construção de parâmetros interpretativos, especialmente no que diz respeito à responsabilização de plataformas digitais e à exigência de ordem judicial para remoção de conteúdos, conforme previsto no Marco Civil da Internet. Observa-se uma tendência de consolidação de entendimentos que buscam conciliar segurança jurídica e proteção dos direitos fundamentais, ainda que persistam divergências em casos concretos.

Diante disso, conclui-se que a responsabilidade civil por danos morais nas relações digitais demanda uma atuação conjunta do legislador, do Judiciário e da sociedade, no sentido de promover uma cultura de responsabilidade no ambiente virtual. O fortalecimento de mecanismos preventivos, a educação digital e a constante atualização normativa mostram-se essenciais para garantir a efetiva proteção dos direitos da personalidade. Por fim, destaca-se que o tema permanece em evolução, exigindo contínua reflexão acadêmica e prática jurídica, a fim de acompanhar as dinâmicas próprias da sociedade da informação.

## REFERÊNCIAS

BARBOSA, Hanna Haviva Vasconcelos; SILVA, Jessica Aline Caparica da. Direito à personalidade digital ou virtual como um exercício de direitos fundamentais e suas implicações. **Caderno de Graduação-Ciências Humanas e Sociais-UNIT-ALAGOAS**, v. 6, n. 2, p. 136-136, 2020. Disponível em: <https://periodicos.grupotiradentes.com/cdghumanas/article/view/8862>. Acesso em 21 de mar.2026.

BENACCHIO, Marcelo. Algumas considerações acerca da relação de causalidade na responsabilidade civil. **Responsabilidade Civil**, p. 209. Responsabilidade civil / coordenação: Alexandre Dartanhan de Mello Guerra, Marcelo Benacchio. São Paulo: Escola Paulista da Magistratura, 2015. Disponível em: [https://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao\\_e\\_divulgacao/doc\\_biblioteca/bibli\\_servicos\\_produtos/BibliotecaDigital/BibDigitalLivros/TodosOsLivros/Responsabilidade\\_civil.pdf#page=33](https://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/BibliotecaDigital/BibDigitalLivros/TodosOsLivros/Responsabilidade_civil.pdf#page=33). Acesso em 4 de mar. 2026.

BITTAR, Carlos Alberto. **Reparação Civil por Danos Morais**. 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em 23 de mar. 2026.

BRASIL. **Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Institui o Código Civil. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/2002/L10406.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10406.htm). Acesso em 6 mar. 2026.

BRASIL. **Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014** (Marco Civil da Internet). Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/l12965.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12965.htm). Acesso em 10 de mar.2026.

BRASIL. **Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018**. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 15 ago. 2018. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm). Acesso em 10 de mar. 2026.

BRASIL. Ministério Público Federal. Câmara de Coordenação e Revisão, 2. **Crimes cibernéticos** / 2ª Câmara de Coordenação e Revisão, Criminal. – Brasília: MPF, 2018. Disponível em: [https://www.mpf.mp.br/atuacao/ccr2/publicacoes/coletaneas-de-artigos/arquivos/ccr2-coletanea\\_de\\_artigos\\_crimes\\_ciberneticos-vol3.pdf](https://www.mpf.mp.br/atuacao/ccr2/publicacoes/coletaneas-de-artigos/arquivos/ccr2-coletanea_de_artigos_crimes_ciberneticos-vol3.pdf). Acesso em 10 de mar.2026.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Recurso Especial n. 1.660.168/RJ**. Relatora: Min. Nancy Andrighi. Julgamento em: 2018. Disponível em: <https://www.stj.jus.br/websecstj/cgi/revista/REJ.cgi/ATC?seq=81405053&tipo=3&nreg=201402917771>. Acesso em 4 mar. 2026.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Recurso Extraordinário n. 1.010.606/RJ (Tema 786 da Repercussão Geral)**. Relator: Min. Dias Toffoli. Julgamento em 11 fev. 2021. Disponível em:<https://portal.stf.jus.br/jurisprudenciarepercussao/verAndamentoProcesso.asp?incident>

e=5091603&numeroProcesso=1010606&classeProcesso=RE&numeroTema=786. Acesso em 11 de abr. 2026.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Recurso Extraordinário n. 1.037.396/SP (Tema 987 – Responsabilidade de provedores)**. Relator: Min. Dias Toffoli. Julgamento: 26/06/2025 Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/jurisprudenciaRepercussao/verAndamentoProcesso.asp?incidente=5160549&numeroProcesso=1037396&classeProcesso=RE&numeroTema=98>. Acesso em 11 mar. 2026.

CANCELA, Alberto Gil Lima. **A Prova Digital: os meios de obtenção de prova na lei do cibercrime**. 2016. Dissertação de Mestrado. Universidade de Coimbra (Portugal). Disponível em: <https://www.proquest.com/openview/e76f4ff2a2e7225f2f553864eeeb841e/1?pq-origsite=gscholar&cbl=2026366&diss=y>. Acesso em 2 de abr. 2026.

CAVALIERI FILHO, Sérgio. **Programa de Responsabilidade Civil**. 14. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

COLOMBO, Cristiano. Da Privacidade como Direito de Personalidade no Mundo Virtual e sua Positivização no Ordenamento Jurídico Brasileiro. **Direito & TI, [S. l.]**, v. 1, n. 2, p. 6, 2015. DOI: 10.63451/ti.v1i2.16. Disponível em: <https://direitoeti.com.br/direitoeti/article/view/16>. Acesso em 10 de mar.2026.

DAMASCENO, Gabriel Pedro Moreira; BALBINO, Ana Flávia; BORGES, Ingrid Victoria. Os direitos fundamentais de personalidade na era digital à luz da constituição federal e da lei geral de proteção de dados. **Revista Digital Constituição e Garantia de Direitos, [S. l.]**, v. 14, n. 2, p. 98–114, 2023. DOI: 10.21680/1982-310X.2021v14n2ID28948. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/constituicaoegarantiadedireitos/article/view/28948>. Acesso em 10 de mar.2026.

DIAS, Daniel Pires Novais *et al.* Plataformas no Marco Civil da Internet: a necessidade de uma responsabilidade progressiva baseada em riscos. **Civilistica. com**, v. 12, n. 3, p. 1-24, 2023. Disponível em: <https://civilistica.emnuvens.com.br/redc/article/view/931>. Acesso em 10 de mar. 2026.

FERREIRA, Mayara Greyce; ENGELAGE, Thiago Pelegrinelli. A (ir) responsabilidade civil dos influenciadores digitais por danos causados aos consumidores. **Ciências Sociais Aplicadas em Revista**, v. 29, n. 49, p. 229-257, 2024. Disponível em [https://e-revista.unioeste.br/index.php/csaemrevista/article/view/33369?utm\\_source=chatgpt.com](https://e-revista.unioeste.br/index.php/csaemrevista/article/view/33369?utm_source=chatgpt.com). Acesso em 10 de mar. 2026.

GONÇALVES, Roberto Carlos. **Direito Civil Brasileiro**. V. 4. 12. ed. – São Paulo: Saraiva, 2017.

GUIMARÃES, Glayder Daywerth Pereira; SILVA, Michael César. Fake news à luz da responsabilidade civil digital: o surgimento de um novo dano social. **Revista Jurídica da FA7**, v. 16, n. 2, p. 99-114, 2019. Disponível em: <https://glayder.agej.com.br/wp-content/uploads/2021/09/Fake-News-a-luz-da-Responsabilidade-Civil-Digital-o-surgimento-de-novo-dano-social.pdf> . Acesso em 14 de abr. 2026.



LAUX, Francisco de Mesquita. **Debate sobre artigo 19 do Marco Civil da Internet**. 2019. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2019-nov-04/stf-debate-artigo-19-marco-civil-internet/>. Acesso em 22 de mar. 2026.

LEONARDI, Marcel. **Responsabilidade civil dos provedores de serviços de Internet**. São Paulo: Ed. Juarez de Oliveira, 2005.

LONGHI, João Victor Rozatti. **Responsabilidade civil e redes sociais: retirada de conteúdo, perfis falsos, discurso de ódio, fake news e milícias digitais**. 3ª Ed. Editora Foco, 2022.

MAHUAD, Luciana Carone Nucci Eugenio; MAHUAD, Cassio. Imputação da responsabilidade civil: responsabilidade objetiva e subjetiva. **Responsabilidade civil**, p. 33. Responsabilidade civil / coordenação: Alexandre Dartanhan de Mello Guerra, Marcelo Benacchio. São Paulo: Escola Paulista da Magistratura, 2015. Disponível em: [https://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao\\_e\\_divulgacao/doc\\_biblioteca/bibli\\_servicos\\_produtos/BibliotecaDigital/BibDigitalLivros/TodosOsLivros/Responsabilidade\\_civil.pdf#page=33](https://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/BibliotecaDigital/BibDigitalLivros/TodosOsLivros/Responsabilidade_civil.pdf#page=33). Acesso em 4 de mar. 2026.

MAIA, Rafaella Martins; CURVO, Adelaine Costa. A responsabilidade civil por danos materiais nas redes sociais. **Revista de Iniciação Científica e Extensão**, v. 8, n. 1, p. 48-57, 2025. Disponível em: <https://reicen.emnuvens.com.br/revista/article/view/236>. Acesso em 8 de mar. 2026.

MALTA, Nigel Stewart Neves Patriota. A Ponderação Principiológica de Robert Alexy na Construção da Argumentação das Decisões Judiciais. **Revista de Teorias da Justiça, da Decisão e da Argumentação Jurídica**, Florianópolis, Brasil, v. 2, n. 2, p. 1–18, 2016. DOI: 10.26668/IndexLawJournals/2525-9644/2016.v2i2.1673. Disponível em: <https://indexlaw.org/index.php/revistateoriasjustica/article/view/1673>. Acesso em: 19 abr. 2026.

MENDES, Laura Schertel. **Privacidade, proteção de dados e defesa do consumidor: linhas gerais de um novo direito fundamental**. São Paulo: Saraiva, 2019.  
MOLTOCARO, Thaiane Martins. Responsabilidade civil: da evolução histórica ao estudo do dano moral. **Revista Jurídica Direito, Sociedade e Justiça**, v. 2, n. 2, 2014. Disponível em: <https://periodicosonline.uems.br/RJDSJ/article/view/678>. Acesso em 4 de mar. 2026.

MORAES, Maria Celina Bodin de. **Danos à pessoa humana: uma leitura civilconstitucional dos danos morais**. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

OLIANI, Felipe Augusto. SILVA, Tatiana Manna Bellasalma e. A responsabilidade civil dos provedores de internet: desafios e perspectivas. In: **Anais do CDU-Congresso de Direito UniCesumar**. 2024. p. 432-434. disponível em: <https://lgpublica.com/index.php/anaiscdu/article/view/166>. Acesso em 10 de mar. 2026.

OLIVEIRA, Joyce Caroline Rodrigues; TAVEIRA, Ana Celuta Fulgêncio. Responsabilidade Civil e os danos indenizáveis. **NOVOS DIREITOS**, v. 7, n. 1, p. 97-113, 2020. Disponível em: <https://revistas.unifan.edu.br/index.php/RevistaCJ/article/view/750>. Acesso em 4 de mar. 2026.

PORTO, Laura Direitos da personalidade na era digital: Desafios e novos contornos jurídicos. Migalhas, n. 5.984, 21 nov. 2024. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/coluna/reforma-do-codigo-civil/420111/direitos-naera-digital-desafios-e-novas-perspectivas>. Acesso em 4 de mar. 2026.

SALES, Luiz Eduardo Mendonça; NASCIMENTO, Márcio de Jesus Lima do. Direito digital e redes sociais: A responsabilidade civil por danos e limites do marco civil da internet. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 11, n. 4, p. 3773-3783, 2025. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/18978>. Acesso em 8 de mar. 2026.

SANTOS, Márcia Cristina de Oliveira; MENDES, Maria Eliza Ferreira Soares; GONÇALVES, Dimas Melo. A Evolução da Responsabilidade Civil no Brasil: de uma perspectiva clássica à uma abordagem contemporânea. **Periódicos Brasil. Pesquisa Científica**, v. 4, n. 2, p. 2000-2017, 2025. Disponível em: <https://periodicosbrasil.emnuvens.com.br/revista/article/view/529>. Acesso em 4 de mar. 2026.

SANTOS, Tássia Sabrine Távora dos. **Dano moral no direito brasileiro: o princípio da dignidade da pessoa humana como norteador da fixação do quantum indenizatório**. 2021. 137 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Nove de Julho, São Paulo. Disponível em: <https://bibliotecatede.uninove.br/handle/tede/2529>. Acesso em 12 de abr. 2026.

SARLET, Ingo Wolfgang. Proteção da personalidade no ambiente digital: uma análise à luz do caso do assim chamado Direito ao Esquecimento no Brasil. **Espaço Jurídico: Journal of Law**, v. 19, n. 2, p. 491-530, 2018. Disponível em: [https://periodicos.unoesc.edu.br/espacojuridico/article/view/17557?utm\\_source=chatgpt.com](https://periodicos.unoesc.edu.br/espacojuridico/article/view/17557?utm_source=chatgpt.com). Acesso em 8 de mar. 2026.

SCHREIBER, Anderson. **Direitos da personalidade**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

SOUZA, Wendell Lopes Barbosa. A perspectiva histórica da responsabilidade civil<sup>1</sup>. **Responsabilidade Civil**, p. 9. Responsabilidade civil / coordenação: Alexandre Dartanhan de Mello Guerra, Marcelo Benacchio. São Paulo: Escola Paulista da Magistratura, 2015. Disponível em: [https://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao\\_e\\_divulgacao/doc\\_biblioteca/bibli\\_servicos\\_produtos/BibliotecaDigital/BibDigitalLivros/TodosOsLivros/Responsabilidade\\_civil.pdf#page=33](https://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/BibliotecaDigital/BibDigitalLivros/TodosOsLivros/Responsabilidade_civil.pdf#page=33). Acesso em 4 de mar. 2026.

VIEIRA, Ana Elisa Silva Fernandes; SIQUEIRA, Dirceu Pereira. **O data ativismo em prol da proteção aos direitos da personalidade no ciberespaço**. Direito & TI, 2023. Disponível em: [https://www.direitoeti.com.br/direitoeti/article/view/165?utm\\_source=chatgpt.com](https://www.direitoeti.com.br/direitoeti/article/view/165?utm_source=chatgpt.com). Acesso em 20 de mar. de 2026.